

## Legislativo Federal

### Secovi-SP participa de reunião com lideranças políticas e empresariais sobre reforma do IR



Lira e Passarinho, durante o encontro da FPE

O **Secovi-SP** participou, na terça-feira, 12/8, de um encontro promovido pela coalizão das **Frentes Produtivas do Congresso Nacional** com o ex-presidente da Câmara dos Deputados, **Arthur Lira (PP/AL)**. A pauta foi a **reforma do Imposto de Renda**, e o evento contou com a presença de parlamentares, lideranças empresariais e representantes de entidades de classe.

A entidade foi representada pelo diretor de Relações Institucionais, Pedro Krahenbuhl, no evento realizado em Brasília/DF e coordenado pelo deputado **Joaquim Passarinho (PL/PA)**, presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), com apoio do Instituto Unidos Brasil (IUB).

Lira afirmou que o [PL 1087/2025](#) pode ser votado e sancionado até dezembro. Destacou que há consenso sobre o valor de isenção, mas ressaltou a necessidade de ouvir, negociar e construir formas de viabilizar e compensar o benefício.

Durante a reunião, estudos apresentados pela FGV e pela PwC indicaram que a tributação sobre dividendos pode reduzir investimentos e provocar fuga de capitais. Entre as alternativas discutidas estão a criação de uma contribuição sobre apostas esportivas e a aprovação de uma reforma administrativa.

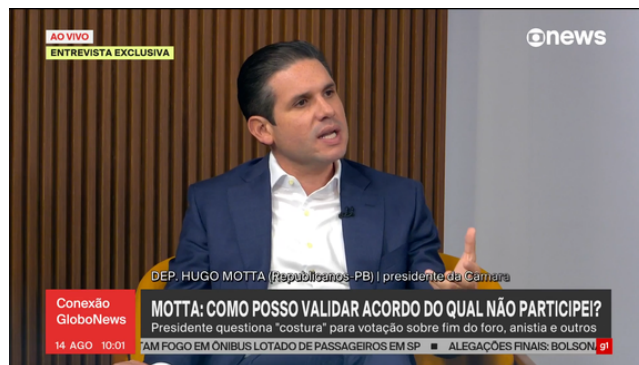
O presidente da Câmara dos Deputados, **Hugo Motta (Republicanos/PB)**, afirmou, em entrevista à GloboNews na quinta-feira, 14/8, que a proposta foi aprovada por unanimidade na Comissão Especial, sinalizando um ambiente favorável à sua aprovação pelo Plenário.

## SUMÁRIO

*Secovi-SP participa de reunião com lideranças políticas e empresariais sobre reforma do IR - p. 1*

*CDU aprova propostas sobre habitação, segurança e gestão condominial - p. 2*

*Em audiência, Governo defende ajustes tributários em fundos de investimento - p. 4*



Motta, durante entrevista na GloboNews

## Comissão de Desenvolvimento Urbano aprova propostas sobre habitação, segurança e gestão condominial



Yuri do Paredão (MDB/CE), presidente da CDU

A **Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU)** da Câmara dos Deputados aprovou, quarta-feira, 13/8, uma série de **projetos de lei relacionados à habitação, à gestão condominial e à infraestrutura urbana**. As proposições tratam de alterações em normas existentes e da criação de novos programas, abrangendo temas como critérios para construção de unidades habitacionais, uso racional de recursos, capacitação em acessibilidade, destinação de moradias para grupos específicos e medidas de segurança em áreas comuns de edificações.

O [PL 1728/2024](#), de autoria do deputado Gervásio Maia (PSB/PB), **proíbe a construção de unidades do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) em áreas sujeitas a riscos climáticos**, alterando a [Lei nº 14.620/2023](#) para exigir avaliação e aprovação prévia dos terrenos por órgãos públicos competentes. O relator, deputado **Toninho Wandscheer (PP/PR)**, destacou que a [projeto de lei](#) reforça o planejamento urbano, a segurança jurídica e a resiliência ambiental.

O [PL 3219/2021](#), apresentado pelo deputado Júlio Lopes (PP/RJ), torna **obrigatória a instalação de hidrômetros individualizados em novas edificações residenciais e comerciais**, estimulando o uso racional da água e a economia, já que hoje o consumo costuma ser cobrado globalmente e rateado igualmente. Estudos apontam que a individualização pode reduzir o consumo em cerca de 30%. O relator, deputado **Icaro de Valmir (PL/SE)**, recomendou a aprovação da [matéria](#), ressaltando a contribuição para a modernização da infraestrutura predial e a otimização dos recursos hídricos.

O [PL 2842/2015](#), de autoria da deputada Erika Kokay (PT/DF), altera as Leis nº [11.977/2009](#) e nº [11.124/2005](#) para **assegurar provimento habitacional a pessoas em situação de rua**, incluindo-as como beneficiárias prioritárias do MCMV e do SNHIS. O relator, deputado **Icaro de Valmir (PL/SE)**, apresentou [texto substitutivo](#) que retira a fixação de percentual mínimo de unidades e recursos, preservando a priorização e a competência do Executivo na definição dos critérios, e rejeitou proposta anterior que ampliava excessivamente os grupos prioritários.



Wandscheer, relator do PL 1728/2024



Valmir, relator dos PLs 3219/2021 e 2842/2015

O [PL 213/2025](#), de autoria do deputado Bruno Farias (Avante/MG), cria o **Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Enfermagem**, com o objetivo de garantir moradia digna a essa categoria essencial ao sistema de saúde. O relator, deputado **Cobalchini (MDB/SC)**, propôs [emenda](#) ao texto do [projeto de lei](#) para incluir o Banco do Brasil, juntamente com a Caixa Econômica Federal, como agente operador do programa. Ele destacou que a iniciativa reforça o direito à moradia, está alinhada ao Estatuto da Cidade e à Nova Agenda Urbana da ONU, e apresenta potencial semelhante ao Programa Habite Seguro, já consolidado para profissionais da segurança pública.



Cobalchini, relator do PL  
213/2025

O [PL 5449/2023](#), do deputado Junior Lourenço (PL/MA), determina a oferta anual de  **cursos sobre a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), acessibilidade física e sensorial e Transtorno do Espectro Autista (TEA) para síndicos, administradores e condôminos** de edifícios residenciais e comerciais. O relator, deputado **Toninho Wandscheer (PP/PR)**, apresentou [texto substitutivo](#) que detalha a aplicação da medida, define requisitos de acessibilidade e amplia a obrigatoriedade para condomínios menores em situações específicas, prevendo certificação, fiscalização e penalidades para garantir efetividade.



Wandscheer, relator do PL  
5449/2023

O [PL 810/2025](#), do deputado Max Lemos (PDT/RJ), estabelece **medidas obrigatórias de segurança em áreas comuns de condomínios e edificações**, com foco na prevenção de acidentes envolvendo crianças e adolescentes. O relator, deputado **Saulo Pedroso (PSD/SP)**, apresentou [texto substitutivo](#) que inclui a responsabilização civil e detalha ações como a instalação de proteções em áreas de risco, manutenção e certificação de equipamentos de lazer, sinalização preventiva e observância de normas técnicas da ABNT. A proposta altera a [Lei nº 4.591/1964](#) e o Código Civil para atribuir deveres específicos a síndicos e administradores, prevendo responsabilização solidária em caso de negligência.



Pedroso, relator do PL  
810/2025

Todos os projetos de lei seguem para análise das demais comissões permanentes da Câmara dos Deputados, conforme seu trâmite legislativo.

## Em audiência, Governo defende ajustes tributários em fundos de investimento



Audiência pública da Comissão Mista da MP 1303/2025

O Ministério da Fazenda apresentou em audiência pública na **comissão mista do Congresso Nacional** na terça-feira, 12/8, a análise da [Medida Provisória \(MP\) n° 1303/2025](#), que propõe mudanças voltadas ao setor financeiro, com destaque para a **nova tributação sobre determinados fundos de investimento e títulos incentivados**. A iniciativa, segundo o governo, busca padronizar regras, ampliar a transparência e garantir maior eficiência na destinação dos recursos captados.

Entre as alterações propostas, prevê a incidência de Imposto de Renda de 5% sobre novas emissões de ativos que atualmente contam com isenção, como Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras de Crédito Agrícola (LCA), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e debêntures incentivadas. Esses instrumentos, frequentemente integrados às carteiras de fundos de investimento, terão tributação alinhada a outros produtos financeiros, com o objetivo de reduzir distorções frente aos títulos públicos.

De acordo com o ministro da Fazenda, **Fernando Haddad**, menos da metade dos recursos obtidos com a venda de títulos incentivados é efetivamente aplicada nos setores imobiliário e agrícola. Como exemplo, citou que, do estoque de R\$ 1,35 trilhão em LCI, apenas cerca de R\$ 800 bilhões resultaram em crédito direto para o setor. “Muito pouco desse benefício chega no empreendedor. Entre a emissão e a negociação no mercado, uma parcela significativa do incentivo se perde em intermediações”, afirmou.

A MP também estabelece a unificação da alíquota do Imposto de Renda sobre rendimentos de aplicações financeiras em 17,5%, substituindo o modelo atual, que varia de 15% a 22,5% conforme o prazo de aplicação; eleva de 12% para 18% a taxa sobre apostas on-line, aumenta a CSLL para 15% ou 20% conforme o tipo de instituição financeira e altera o seguro-defeso; e exigindo homologação municipal do cadastro dos pescadores artesanais para combater fraudes.

Com prazo até 8/10 para votação final, a [matéria](#) segue sob a relatoria deputado **Carlos Zarattini (PT/SP)**, na Comissão Mista do Congresso Nacional, presidida pelo senador **Renan Calheiros (MDB/AL)**.



Haddad, ministro da Fazenda



Zarattini, relator da matéria